



Número: **0813689-73.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2º Cartório Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **21/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.825,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10372502	21/06/2020 17:36	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
10372504	21/06/2020 17:36	<a href="#">02-Procuração e Documentos Probatorios do Processo</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10372505	21/06/2020 17:36	<a href="#">03-Oficio 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10372506	21/06/2020 17:36	<a href="#">04-Informações do Sinistro nº 3200-101676</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

## PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO



Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica  
Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: <u>Antonio Gleison Araújo Freitas</u>		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: <u>Solteiro</u>	Profissão: <u>Frentista</u>
RG nº: <u>2.357.898-SSP/PI</u>	CPF/MF nº: <u>008.068.383-07</u>	
Endereço: <u>Rua Abaeté, nº 2125, bairro: Angelim, Cidade de Teresina/PI,</u> <u>CEP: 64088-690</u>		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)  
RG nº: 2.684.877 - SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI  
CPF/MF nº: 023.365.163-22 CPF/MF nº: 703.754.703-44  
Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.  
Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI  
(CEP: 64019-330).

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DEUT por Inutilidade

Advindos por acidente de trânsito

Teresina - PI, 20 de março de 2020.

Antonio Gleison Araújo Freitas

-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

E-mail: [procedomio@hotmail.com](mailto:procedomio@hotmail.com)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PI

YÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1745968869

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1745968869

NOME  
ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR/UF  
2357989 SSP PI

CPF  
008.059.393-07

DATA NASCIMENTO  
19/11/1984

FILIAÇÃO  
JOSE LUIS DE FREITAS  
MARIA DO CARMO ARAUJO  
FREITAS

PERMISSÃO  
ACI

CRT. HAB.  
AD

Nº REGISTRO  
02909826973

VALIDADE  
22/05/2023

1ª HABILITAÇÃO  
03/06/2003

OBSERVAÇÕES  
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR  
Antonio Gleison Araujo Freitas

LOCAL  
TERESINA, PI

DATA DE EMISSÃO  
09/10/2018

04180466478  
PI320606030

PIAUI





TELEMAR NORTE LESTE S/A  
CNPJ: 33.000.118/0010-80 - INSC. ESTADUAL: 19.300.251-5  
AV. FR. SERAFIM, 1782 - TERESINA - PI CEP: 64001-020  
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

ANTONIO JOSE DA SILVA  
RUA ABAETE, 2125  
ANGELIM  
64028-690 TERESINA-PI

DATA DE EMISSAO 21/12/2019	TELEFONE/CONTRATO 3211-2016 0 9
CNPJ / CPF 00039811158304	
TIPO DE TERMINAL RESIDENCIAL	VALOR A PAGAR R\$
COD. DEB. AUTOMATICO 070800348844	95,28
CODIGO DDD 88	
CODIGO MINHA OI 070800348844	VENCIMENTO 08/01/2020

PLANO LOCAL:	HISTORICO DO CONSUMO DE MINUTOS:	11/19: 3:00	10/19: 10:00	09/19: 1:00
OI FIXO		08/19: 10:00	07/19: 12:00	06/19: 7:00



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

<u>Antonio Gleison Araújo Freitas</u>		
Brasileiro (a)	<u>• Solteiro</u>	<u>Frentista</u>
RG nº: <u>2.357.898-3891DE</u>	CPF/MF nº: <u>008.068.383-07</u>	
Endereço: <u>Rua Abade, nº 2125, bairro Angelim, Cidade de Teresina/PI, CEP: 64028-690</u>		
<p>DECLARA para os fins de obtenção de <b>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA</b> que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de <b>AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO</b>, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <u>1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais)</u> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>		

Teresina-PI, 20 de março de 2010.

Antonio Gleison Araújo Freitas  
(CPF 008.068.383-07)





AUTOATENDIMENTO - AG CONSELHEIRO SARAIVA  
DATA: 17/03/2020 HORA: 15:48:43  
TERMINAL: 00291027 CONTROL: 002910270520  
AGENCIA: 3389 - DIRCEU ARCOVERDE  
CONTA: 013.00007472-8  
CLIENTE: ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERENCIA  
MESES ANTERIORES

Dezembro

01/12	000000	REM BASICA	0,000
02/12	301908	SAQUE B24H	150,000
02/12	301110	COMPRA ELO	27,540
02/12	301130	COMPRA ELO	20,450
02/12	301150	COMPRA ELO	49,000
02/12	301231	COMPRA ELO	23,910
02/12	301410	COMPRA ELO	22,000
03/12	031922	COMPRA ELO	31,890
04/12	041240	COMPRA ELO	19,000
04/12	041606	COMPRA ELO	26,500
05/12	000000	REM BASICA	0,000
05/12	050002	COMPRA ELO	52,000
05/12	050133	COMPRA ELO	20,000
10/12	101553	COMPRA ELO	13,000
10/12	101945	COMPRA ELO	24,000
10/12	102019	COMPRA ELO	51,360
13/12	131030	SAQUE ATM	120,000
21/12	000000	REM BASICA	0,000
21/12	000000	CRED JUROS	0,010
21/12	000010	CRED TEV	200,000





AUTOATENDIMENTO - AG CONSELHEIRO SARAIVA  
DATA: 17/03/2020 HORA: 15:49:32  
TERMINAL: 00291027 CONTROLE: 002910270522

AGÊNCIA: 3389 - DIRCEU ARCOVERDE  
CONTA: 013.00007472-8  
CLIENTE: ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO

DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR			202,58C
----------------	--	--	---------

Janeiro

05/01	000000	REM BASICA	0,00C
06/01	041922	COMPRA ELO	36,99D
13/01	131712	SAQUE ATM	160,00D
15/01	151351	DP DIN LOT	115,00C
15/01	151829	SAQUE ATM	120,00D
21/01	000000	REM BASICA	0,00C

RESUMO EM 31/01

SALDO	0,59C
-------	-------

EXTRATO DE COMPRAS COM CARTÃO DE DÉBITO

DT COMP	HORA	ESTABELECIMENTO	VALOR
04/01	19:22	DROGARIA GLOBO DICEO 2	36,99D

TOTAL			36,99D
-------	--	--	--------







AUTOATENDIMENTO - AG CONSELHEIRO SARAIVA  
DATA: 17/03/2020 HORA: 15:50:25  
TERMINAL: 00291027 CONTROLE: 002910270524

AGÊNCIA: 3389 - DIRCEU ARCOVERDE  
CONTA: 013.00007472-8  
CLIENTE: ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO

DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR			0,59C
----------------	--	--	-------

\* Fevereiro

05/02	000000	REM BASICA	0,00C
13/02	131337	DP DIN LOT	100,00C
13/02	132009	COMPRA ELO	14,00C
14/02	141147	SAQUE ATM	80,00C
21/02	000000	REM BASICA	0,00C

RESUMO EM 29/02

SALDO	6,59C
-------	-------

EXTRATO DE COMPRAS COM CARTÃO DE DÉBITO

DT COMP	HORA	ESTABELECIMENTO	VALOR
13/02	20:09	MERCPAGO *HOTDOGPR	14,00C

TOTAL			14,00C
-------	--	--	--------





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.003610/2019-41**

Unidade de Registro: GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

Resp. pelo Registro: Alberto Da Silva Reis

Data/Hora: 19/09/2019 - 12:55

**DADOS DA OCORRÊNCIA**

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA IVAN TITO DE OLIVEIRA COM AV. PREFEITO WALL FERRAZ, Nº:

Complemento

580580

Data/Hora

06/09/2019 - 23:30

Bairro

LOURIVAL PARENTE

Ponto de Referência

**DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS**

Nome: ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

RG: 2357989

Mãe: MARIA DO CARMO ARAUJO FREITAS

Pai: JOSÉ LUIZ DE FREITAS

Endereço: RUA ABAETE, Nº 2125

Bairro: ANGELIM

Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

**NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA**

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa.

**RELATO DA OCORRÊNCIA**

RELATA O NOTICIANTE UE POR VOLTA DAS 23h30min. DO DIA 06.092019 OCORREU UM ACIDENTE DE TRANSITO(COLISÃO DE VEÍCULOS COM VITIMA) RUA . IVAN TITO DE OLIVEIRA COM AV. PREFEITO WALL FERRAZ ENVOLVENDO OS VEÍCULOS: 01- HONDA/CG 150 FAN ESI, PLACA OUE-3177, RENAVAM 00546207995, COR PRETA, EM NOME DE KELLY REGINA DA SILVA, CONDUZIDA POR ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS, CNH Nº 1745968869, CAT. AD; 02-UMA MOTO PROPRIETÁRIO E CONDUTOR NÃO IDENTIFICADOS. RELATA O NOTICIANTE E CONDUTOR DO VEÍCULO DE PLACA OUE-3177 QUE TRAFEGAVA NA AV. PREFEITO WALL FERRAZ NO SENTIDO NORTE/SUL AO CHEGAR NO SINAL NO CRUZAMENTO COM A RUA IVAN TITO DE OLIVEIRA OCORREU O ACIDENTE, TENDO SAÍDO COMO VÍTIMA: ANTONIO GELISON ARAUJO FREITAS, CONFORME PRONTUÁRIO MÉDICO DO HUT Nº 522046. O FATO OCORRIDO FOI TESTEMUNHADO POR RICARDO ARAUJO OLIVEIRA, RESIDENTE NA Q- 08 C-10 DIRCEU I.

Alberto Da Silva Reis - Mat.  
AGENTE DE POL

Antonio Gleison Araujo Freitas  
ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS - Noticiante  
Responsável pela Informação

Lucy Keiko Leal Paraíba  
Delegada Geral da Polícia Civil-PI  
Mat.: 196.331-7





## DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO

Para mais esclarecimentos, acesse o site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br) ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)  
Capital: região metropolitana: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 122 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 122 12 04 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

Eu, Kelly Regina da Silva  
RG nº 3.071.185, data de expedição 17/06/13  
Órgão SSP-PI, portador do CPF nº 043.099.583-03,  
com domicílio na cidade de Teresina, no Estado de  
Piauí, onde reside na (Rua/Avenida/Estrada)  
Rua Abaete Plamatto Santa Fé, nº 2125,  
complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima  
Antonio Gleison Araujo Freitas, cujo o condutor era  
Antonio Gleison Araujo Freitas  
Veículo: MOTO Modelo: CG 150 FAN EST Ano: 2013  
Placa: 0UE-3177 Chassi: 9C2KC1670DR508602  
Data do Acidente: 06/09/19

Local e Data: Teresina - PI, 17 de setembro de 2019.



Kelly Regina da Silva  
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor  
(- caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro -)

Cartório  
Thermistocles  
Sampaio

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS

Rua Lázaro Nogueira, 1223 - Centro - CEP: 64020-000 - Teresina-PI - Fone: (86) 3221-0159 - E-mail: atendimento@cartorio3pi.com.br  
Título: Anália Gonçalves de Sampaio Freixo

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE KELLY REGINA DA  
SILVA. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.  
Teresina-PI, 17/09/2019. Selo: AAI66035-21V9  
[www.tjpi.jus.br/portalextra](http://www.tjpi.jus.br/portalextra)

AUREA LETICIA SANTOS SILVA-ESCREVENTE  
5 TJ:0,77 FMMP/PI:0,10 Selo:0,26 Total:4,98 - OP:19  
RIETARIO DO VEÍCULO (DPVAT)

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
Aurea Leticia Santos Silva  
Escrivente Autorizada

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
CONSULTE O SELO  
DIGITAL





NOME DO PACIENTE: Antonio Gleison Soares Freitas  
NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 522046

**SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME**  
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS À SUA UTILIZAÇÃO".







**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**  
Rua Dr. Otto Tito, 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02



Imp: 07/09/2019 10:14:59

(User: VALDENICE MENDES)  
(Estação: RECEPCAO01)

## BOLETIM DE ENTRADA - BE

### DADOS DO PACIENTE:

<b>Nome:</b> ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS		<b>Prontuário:</b> 522046
<b>Mãe:</b> MARIA DO CARMO ARAUJO FREITAS		<b>Pai:</b>
<b>End. Resid.:</b> RUA ABAETE 2125 - PLANALTO STA. FE - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
<b>Nascimento:</b> 19/11/1984	<b>Idade:</b> 34a9m18d	<b>Sexo:</b> Masculino <b>Fone:</b> 86-94623-919
<b>Responsável:</b> KATIA REJANE		<b>CNS:</b> 706901105783036
<b>Profissão:</b> FRENTISTA		<b>CPF:</b> 008.069.383-07 * RG: -
<b>G. Instrução:</b> Não informado		<b>E. Civil:</b> Solteiro(a)
<b>End. Local.:</b> - - -		

### DADOS DO ATENDIMENTO:

<b>Código:</b> 740061	<b>Data:</b> 07/09/2019 08:08:19	<b>Condução:</b> AMBULANCIA QUALQUER (DESTA CIDADE)
<b>Motivo da Procura:</b> ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		<b>Convênio:</b> S U S
<b>Acid. Trab.:</b> Sim	<b>Trajetos?:</b> Sim	<b>Típico:</b> Não <b>CID Secundário:</b> V299

### DADOS CLÍNICOS:

PA	X	mmHg	Pulso:	FC:	bpm	Temp.:	CID:
Diagnóstico Inicial:							

### CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

( ) Melhorado		( ) Administrativa
( ) Curado		( ) Por Indisciplina
( ) Inalterado		( ) Por Evasão
( ) A Pedido		

### ALTA:

- ( ) Retornar à Unid. Origem  
( ) Transferência:

DATA SAÍDA: / /

HORA: : .

### ÓBITO:

- ( ) Até 24 Hs ( ) Família  
( ) De 24 a 48 Hs ( ) IML  
( ) Após 48 Hs ( ) Anat. Patol.

### DESTINO:

( ) Internação na Unidade  
**Proced. Solicitado:**

**CID Compatível:**

**Prof. Solicitante**  
**Internação:**



**HOSPITAL GERAL DO PROMORAR**

Av. Ulisses Guimarães s/n Promorar - Fone: 86 3215 9153  
TERESINA-PI CEP: 64075-450 CNPJ: 05.522.917/0028-90

10: 90/199

**BOLETIM DE ENTRADA (BE)****DADOS DO PACIENTE:**

<b>Nome:</b> ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS		<b>Prontuário:</b> 171743
<b>Mãe:</b> MARIA DO CARMO ARAUJO FREITAS		<b>Pai:</b> JOSE LUIZ DE FREITAS
<b>End. Resid.:</b> R- ABAETE 2125 - CONJ. SANTA FE - TERESINA - PI - CEP: -		
<b>Nascimento:</b> 19/11/1984	<b>Idade:</b> 34a9m18d	<b>Sexo:</b> Masculino <b>Fone:</b> 86-99462-3919
<b>Responsável:</b> O MESMO		<b>CNS:</b>
<b>Profissão:</b> MOTORISTA		<b>Documento:</b> CPF: 008.069.383-07
<b>G. Instrução:</b> Médio Completo		<b>E. Civil:</b> Solteiro(a)

Imp: 07/09/2019 01:51:22  
(User: RYAN NOGUEIRA)  
(Estação: CONSULTORIO01)

**DADOS DO ATENDIMENTO:**

<b>Código:</b> 471763	<b>Entrada:</b> 07/09/2019 01:35:00	<b>Convênio:</b> S U S	<b>Proced:</b> 0301060061
<b>Motivo da Procura</b> (Conforme Paciente/Acomp): ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)			
<b>Condução:</b> VEÍCULO PRÓPRIO OU DE TERCEIROS			

**DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:**

<b>Sinal/Sintoma de Apresentação:</b> QUEDA	<b>Classificação:</b> EVENTO RECENTE	<b>Cor:</b> Verde
<b>Breve História Clas. Risco:</b> PCT VÍTIMA DE QUEDA DE MOTO APRESENTANDO CORTE NA REGIÃO FRONTO E CONTUSÃO EM ABDOMEN		<b>WANDERSON FERREIRA DA SILVA</b> coren pi 492589 Em: 07/09/2019 01:37:30

DATA 07/09/2019 HORA 08:53  
TÉCNICO Jany

<b>SSVV:</b> (Hora: ____:____)
<b>Peso:</b> 0,00 Kg <b>Altura:</b> 0,00 M <b>IMC:</b> 0,00 Kg/m2 <b>Pulso:</b> bpm <b>Pressão:</b> mmHg

**Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:**

QP: dor e lesões em face

HDA: relata ação contundente há 2h, aproximadamente. Nega náuseas, vômitos, convulsões, amnesia. Refere desmaio por 2 min, cefaleia holocraniana, epistaxe. Relata dor e limitação do movimento em pé esq. Cartão de vacina não atualizado.

EF: vias aéreas pervias, sem colar cervical, sem cervicalgia, tórax expansível simetricamente, eupneico, MV + bilateralmente, BNF 2T RR, abdome plano, flácido e depressível, indolor à palpação, sem sinais de irritação peritoneal, GCS 15/15, não foi possível avaliar pupilas por conta de hematoma em olho esq, sem déficit motor e sensitivo. Relata perda de sensibilidade em 3 últimos pododáctilos esq. Nota-se escoriação.

**Diagnóstico Inicial:**

?

**Exames Complementares:****Prescrição Médica:**

1. Tilatil 20mg/ml - 1 amp + AD, IV, agora

09:53  
Jany

DATA 07/09/2019 HORA 08:53  
EXAME  
TÉCNICO: Jany

**Motivo da Alta/Encerramento:**

Continua Tratamento em Outra

Unidade

**DATA:** / / **HORA:** :





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA Dr. ZENON ROCHA

## PRESCRIÇÃO MÉDICA

**FMS**

Fundação Municipal  
de Saúde

NOME DO PACIENTE		PRONTUÁRIO	D. NASCIMENTO	CLÍNICA	ENF. ou APT:	LEITO
Antônio Olivan Araújo Freitas						
HISTÓRICO ATUAL E COMORBIDADES		ALERGIAS		MÉDICO ASSISTENTE / ESPECIALIDADE		
Fratura em 2º Metacarpo pé esquerdo						
DATA: 07/06/2020		HORA: 00:00		OBSERVAÇÕES		
1 - Dieta geral		00:00 H				
2 - SF 0,9% 500ml EV de 12/12h						
3 - Dipirona 500mg + ADEV 6/6h						
4 - Ibuprofeno 400mg + ADEV 12/12h						
5 - Ranitidina 150mg + ADEV 8/8h						
6 - Plasil 10mg + ADEV 8/8h						
7 - CCG + SSV						
Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 21/06/2020 17:36:54						
http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2006211736019850000009848276						
Número do documento: 2006211736019850000009848276						

ICO/CRM:

MOD: 007 - HUT





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA Dr. ZENON ROCHA



## LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:

<input type="checkbox"/>	Mudança de Procedimento	<input type="checkbox"/>	Órtese e prótese - OPME
<input type="checkbox"/>	Diária de UTI	<input type="checkbox"/>	Fatores de Coagulação
<input type="checkbox"/>	Diárias de Acompanhante	<input type="checkbox"/>	Gasoterapia
<input type="checkbox"/>	Hemoderivados	<input type="checkbox"/>	Nutrição Parenteral / Enteral
<input type="checkbox"/>	Diálise / Hemodiálise	<input type="checkbox"/>	Procedimento fora da faixa etária
<input type="checkbox"/>	Albumina Humana 20%	<input checked="" type="checkbox"/>	<i>João de Karlos</i>

HOSPITAL: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
ACIENTE: *Antonio Cleonir Gomes Bast* Nº AIH: \_\_\_\_\_  
PROCEDIMENTO ANTERIOR: \_\_\_\_\_ PROCED. SOLICITADO: \_\_\_\_\_  
MÉDICO SOLICITANTE: \_\_\_\_\_ CRM: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### JUSTIFICATIVA

*Fratura de 2. metatarsiano e  
Necrose do 1.º dedo do pé direito  
n.º 15 -*

*Dr. Bergiel Barbosa Bezerra*  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-PE 3909

DATA:

*08/03/19*

Assinatura do Médico Solicitante

### AUDITOR

*Antonio Cleonir Gomes Bast*  
Médico Auditor  
SUS - HUT  
CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS







FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA Dr. ZENON ROCHA



FMS

Fundação Municipal  
de Saúde

Fis Nº \_\_\_\_\_  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 08/09/19

NOME DO PACIENTE: <u>Antonio Gleison Araujo Freitas</u>	PRONTUÁRIO Nº: <u>522046</u>
DIAGNÓSTICO: <u>Fr 2. met. E</u>	CIRURGIA: <u>Punção</u>
ANESTESIA: <u>Dr. Rodrigues</u>	Nº DA SALA: <u>02</u>
CIRURGIÃO: <u>Dr. Bergiel</u> <u>Dr. Bergiel Barbosa Bezerra</u>	CPF Nº _____
AUXILIAR: <u>Res. Amadora</u> <u>Dr. Bergiel Barbosa Bezerra</u>	CPF Nº _____
ANESTESIA: <u>Raque</u>	CPF Nº _____
INSTRUMENTADORA: <u>Sra. Geyza</u>	CPF Nº _____

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº <u>70</u>	PAR	01	
AGULHA 40X12	UNID.	02		LUVA Nº <u>7.5</u>	PAR	02	
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	10	
ÁLCOOL 70%	ML	200		PVPI DE GERMANTE	ML	180	
ALGODÃO	BOLA			PVPI TÓPICO	ML	150	
ÁGUA OXIGENADA	ML			PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	02		SERINGA 20CC	UNID.	01	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.			SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	50		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	01	
GASES	PAC.	04		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº	UNID.			ESCOVAS		02	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG.				ELETRODOS		05	
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.				CROCODIL		01	
CAT. GUT. CROMADO C/AG.							
CAT. GUT. CROMADO S/AG.							
ALCOFIL							
MONONYLON							
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL				CIRCULANTE: <u>Antonio</u>			





# AUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

240301

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	2-CNES <b>5828856</b>	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: <b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT</b>	4-CNES <b>5828856</b>	<b>246883</b>

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: <b>ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS</b>	6 - Prontuário: <b>522046</b>		
7-CNS: <b>706901105783036</b>	8-Nascimento: <b>19/11/1984</b>	9-Sexo: <b>Masculino</b>	CPF: <b>008.069.383-07</b>
11-Mãe: <b>MARIA DO CARMO ARAUJO FREITAS</b>	12-Fone: <b>86-94623-919</b>	14-Cor: <b>Sem Informação</b>	
13-Resp: <b>KATIA REJANE</b>			
15-Ender: <b>RUA ABASTE 2125 - PLANALTO STA. FE - CEP: 64000-010</b>	17-Cod.IBGE: <b>221100</b>	18-UF: <b>PI</b>	19-CEP: <b>64000-010</b>
16-Munic: <b>TERESINA</b>			

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos: <b>Motociclista com relato de colisão com moto, de capacete, trauma de face e perda de consciencia momentanea. ALERGIA A DIPIRONA.</b>			
21 - Condições que justificam a internação: <b>TRATAMENTO CIRURGICO</b>			
22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados): <b>RX</b>			
23-Diagnóstico Inicial: <b>Fratura de ossos do metatarso</b>	24-CID Prin: <b>S923</b>	25-CID Sec.: <b></b>	26-CID C.Ass.: <b></b>

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: <b>0408050462</b>	27-Procedimento Solicitado: <b>TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATARSIANOS</b>	Tempo SUS <b>3</b>
29-Clinica:	30-Caráter: Ident.: <b>02</b> 01 CPF <b>877.154.063-68</b>	
33-Nome Profissional Solicitante/Assistente: <b>FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA</b>	34-Data Solicitação: <b>07/09/2019</b>	35-Ass.Carimbo Med.Sol. (CRM)

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36-( ) Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No.Bilhete:	41-Série:
37-( ) Acidente Trabalho Típico	42-CNPJ Empresa:	43-GNAE Empresa:	44-CBOR:
38-( ) Acidente Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência: ( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado			

## AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização:
48-Documento: ( ) CNS ( ) CPF	49-Num. Documento:
	50-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445  
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS** (Prontuário: 522046)  
Endereço: RUA ABAETE 2125 - PLANALTO STA. FE - TERESINA - PI CEP: 64000-010  
Nascimento: 19/11/1984 Idade: 34a9m18d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 740061  
Requisição: 997168 Solicitação: 07/09/2019 Solicitante: ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO  
Controle: 1303301 Convênio: SUS

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 07/09/2019

**T.C. DE CRANIO**

TÉCNICA: EXAME FEITO EM TOMÓGRAFO MULT-SLICE, COM RECONSTRUÇÕES AXIAL, SAGITAL E CORONAL.

**RELATÓRIO:**

- PARÊNQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA-AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA: TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO NORMAL.

OBS.: FRATURAS NAS PAREDES DA ÓRBITA ESQUERDA.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 07/09/2019

**OSVALDO SOARES DE CARVALHO JUNIOR**

CPF: 696.958.303-15 CRM-PI 3090  
Profissional Responsável



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

**LAUDO MÉDICO**

Paciente: **ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS** (Prontuário: 522046)  
Endereço: RUA ABAETE 2125 - PLANALTO STA. FE - TERESINA - PI CEP: 64000-010  
Nascimento: 19/11/1984 Idade: 34a9m21d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 740061  
Requisição: 997169 Solicitação: 07/09/2019 Solicitante: ANTONIO GILBERTO ALBUQUERQUE BRITO  
Controle: 1303303 Convênio: S U S

**RELATÓRIO:**

Cod. SIA: 0204060150

Data Exame: 07/09/2019

**PE OU PODODACTILO ESQUERDO**

O estudo radiológico do pé esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.  
Os seguintes aspectos observados:

- Fratura alinhada no 2º metacarpiano. ← *CM 101*
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

(LUIS CEZAR)

TERESINA - PI 10/09/2019

**VERA LUCIA RIOS ARAUJO**

CPF: 227.528.623-34 CRM - 1727

Profissional Responsável







# FOLHA DE ANESTESIA

UNIDADE DE SAÚDE

NOME DO PACIENTE <i>Antônio Glisson A. Melo</i>				Nº DE REGISTRO				
DATA: <i>08/09/19</i>	P. ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA		
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÜÍNEO	HEMATIMETRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DOS. URÉIA		
EXAMES DE URINA								
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA <i>N/A</i>				ELETROCARDIOGRAMA				
SISTEMA CIRCULATÓRIO <i>Alguns Dipirona</i>				ASMA			BRONquite	
SISTEMA RESPIRATÓRIO				SISTEMA URINÁRIO				
SISTEMA DIGESTIVO				CORTICOIDES			ATARAXICOS	OUTROS
ESTADO MENTAL				FÍSICOS <i>N/A</i>				
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO <i>Fotus II metatars</i>				APLICADO AS			EFEITOS	
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				TOTAL DE DOSES				
AGENTES ANESTÉSICOS		OXIGÊNIO						
		1						
		2						
		3						
LÍQUIDOS		SO-UTO 500						
		SANGUE 300						
		OUTROS 100						
TEMPERATURA T		Cº <i>36,5</i>						
P. ARTERIAL		38						
V. O. PULSO		200						
INÍCIO E FIM ANESTESIA X		100						
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO		40						
RESPIRAÇÃO O		10						
SÍMBOLOS				DURAÇÃO				
TÉCNICAS				INCIDENTE - ACIDENTE				
OPERAÇÕES <i>Osteomíte metatars</i>				<i>[Signature]</i>				
CIRURGIÕES <i>Bergiel</i>								
ANESTESISTAS <i>Dr. José F. de Jesus</i>								
CONDICÕES PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATAS								



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

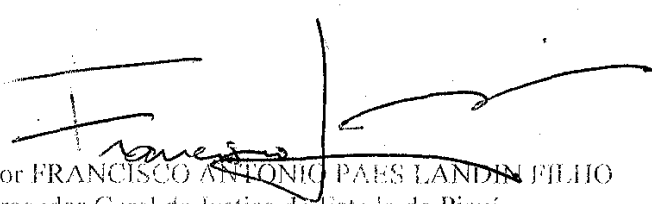
**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juizes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

  
Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto...: ENCAMINHAMENTO  
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENHAÇÃO/CNJ.  
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro*  
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
**1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da**

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800







**Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.**

**2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.**

**3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)**

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

**Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda**  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

**ANTONIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

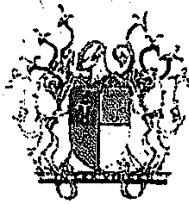
**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

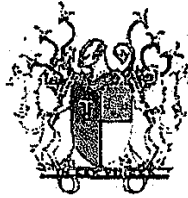
**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

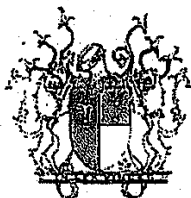
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

**- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

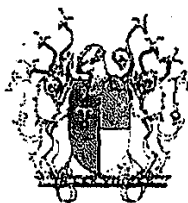
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

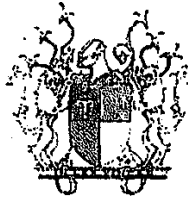
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o subscrito  
Parece, de Conselho  
Tribunal de Contas  
jul de 2013, para  
atendimento - que se  
intenção, para  
o fim de  
Tr





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200101676

Vítima: ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

Data do Acidente: 06/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15588561





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 20 de Março de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200101676

Vítima: ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

Data do Acidente: 06/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: KEYLLY MOURA DE OLIVEIRA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 675,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 50%) 5,00%

Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 = R\$ 675,00

Recebedor: ANTONIO GLEISON ARAUJO FREITAS

Valor: R\$ 675,00

Banco: 104

Agência: 000003389

Conta: 000007472-8

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

